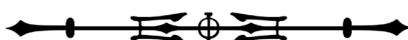


Projeto “novo” Ver-o-Peso: cidadania e dilemas do planejamento e da participação social em Belém (PA)

Brenda Vicente Taketa¹
Guilherme Guerreiro Neto²
Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior³



RESUMO

O complexo do Ver-o-Peso, como espaço de vida espontânea, foge à ideia de espaço programado bem característico do que se vê hoje em muitas cidades contemporâneas. A proposta de reforma de uma das feiras compreendidas pelo complexo provocou, desde o anúncio em janeiro de 2016, reações de diversos setores da sociedade. As críticas apontavam principalmente a desconsideração de elementos que marcam sua realidade sociocultural e econômica, assim como a concepção autoritária de que se revestiu o planejamento. Como proposta de discussão, pontuamos neste trabalho, com base em autores que consideram a natureza social do espaço e as diferentes dimensões dessa natureza no planejamento urbano, que as ações e projetos de governo sobre o espaço público podem ser interpretados como parte de uma tendência das políticas urbanas de tornar as cidades mais competitivas, levando em conta, para isso, o elemento cultural como dimensão relevante dessa estratégia e a pouca participação da sociedade no processo de tomada de decisão. Além disso, ao mesmo tempo em que apresenta semelhanças com processos mundiais que caminham na mesma direção, sob feições de um culturalismo de mercado, a reforma objeto de análise ganha particularidades a partir do contexto socioeconômico e espacial em que a cidade de Belém se encontra envolvida.

Palavras-chave: Espaço público. Requalificação urbana. Culturalismo de mercado. Ver-o-Peso.

1 Jornalista, Mestre em Planejamento do Desenvolvimento (PLADES) e doutoranda em Desenvolvimento Socioambiental pelo Programa de Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU) do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da Universidade Federal do Pará (UFPA). Bolsista de doutorado do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). E-mail: bvtaketa@gmail.com.

2 Jornalista, Mestre em Jornalismo pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e doutorando em Desenvolvimento Socioambiental pelo Programa de Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU) do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da Universidade Federal do Pará (UFPA). Bolsista de doutorado da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). E-mail: neto.guerreiro@gmail.com.

3 Geógrafo e Bacharel em Direito, Doutor em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP), Professor Titular do NAEA/UFPA, bolsista de Produtividade em Pesquisa do Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia (CNPq). E-mail: stclair@ufpa.br.

ABSTRACT

The Ver-o-Peso complex, as a spontaneous living space, runs away from the idea of a programmed space, very characteristic of what is seen today in many contemporary cities. The proposal to reform one of the markets comprised by the complex generated, since the announcement in January 2016, reactions from various sectors of society. Critics pointed mainly to the disregard of elements that are central to their socio-cultural and economic reality, as well as the authoritarian conception of which the planning was full of. Aiming to propose a discussion, we point out in this paper, based on authors who consider the social nature of space and the different dimensions of this nature in urban planning, that government actions and projects on public space can be interpreted as part of a tendency of urban policies to make cities more competitive, taking into account the cultural element as a relevant dimension of this strategy and the low participation of society in the decision-making process. Moreover, at the same time as it presents similarities with world processes that move in the same direction, with features of market culturalism, the reform subject to analysis develops particularities from the socioeconomic and spatial context in which the city of Belém (Pará) is involved.

Keywords: Public space. Urban requalification. Market culturalism. Ver-o-Peso.

INTRODUÇÃO

As comemorações oficiais dos 400 anos de Belém, em janeiro de 2016, incluíram o anúncio de uma nova proposta de reforma da feira do Ver-o-Peso. De iniciativa da Prefeitura Municipal de Belém, o referido projeto de reforma passou, desde os primeiros momentos de exposição, a ser questionado sob vários aspectos (sociais, econômicos, urbanísticos, entre outros), provocando reações de diversos setores da sociedade, com destaque para as associações de feirantes e trabalhadores da feira, organizações civis de defesa do patrimônio e da cidade, entidades de classe, como o Instituto de Arquitetos do Brasil, além de setores da Universidade Federal do Pará. Segundo os reclamantes, tais problemas decorreriam principalmente do imediatismo e da unilateralidade na elaboração da proposta e da ausência de discussões com os diversos setores da sociedade relacionados com o espaço objeto da reforma.

O Ministério Público Federal (MPF), acionado por essas organizações, recomendou ao Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) a realização de uma consulta pública. As contribuições dos diversos setores resultaram no parecer técnico do Iphan-PA, cuja análise alerta a Prefeitura de Belém sobre a necessidade de “complementação/correção” do projeto. Aponta o parecer:

(...) neste contexto, este Iphan acompanha os inúmeros questionamentos apresentados pela sociedade civil, e sugere que o levantamento do programa de necessidades (briefing) com maior participação da comunidade de usuários, seja revisto e ajustado, com maior envolvimento dos arquitetos autores do projeto e o acompanhamento de profissionais com experiências nas ações relacionadas à participação popular (IPHAN, 2016, p. 09).

Uma das contribuições entregues ao Iphan-PA veio de um documento pontuando questões apresentadas em debate realizado no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), da Universidade Federal do Pará (UFPA), em março de 2016, no qual as dimensões do planejamento urbano foram abordadas. O evento contou com a participação de cinco pesquisadores do Núcleo, que ressaltaram a necessidade de um esforço técnico e político de incorporar ao projeto de reforma não apenas o conhecimento multi e interdisciplinar, produzido em áreas como a Sociologia, a Economia, a Geografia, o Turismo e a Antropologia, entre outras, mas também o de deixar claro como esse processo estaria articulado com outras iniciativas previstas pelos governos municipal e estadual para todo o contexto do complexo do Ver-o-Peso, do bairro e da cidade.

A partir do acompanhamento desse processo busca-se estabelecer uma reflexão em que se considera que as políticas e projetos de governo sobre o espaço público podem ser interpretados, com base em Arantes (2007), como parte de uma tendência das políticas urbanas pouco participativas que buscam tornar as cidades mais competitivas, levando em conta, para isso, o elemento cultural como dimensão relevante dessa estratégia, argumento este que se repete em Belém, mas sem necessariamente obedecer aos mesmos movimentos descritos para as cidades globais. Ao mesmo tempo em que apresenta semelhanças com processos mundiais que caminham nessa direção, sob feições de um culturalismo de mercado, a reforma proposta para o Ver-o-Peso, ganha contornos particulares no contexto de uma cidade capitalista periférica.

A metodologia da pesquisa contou com o acompanhamento sistemático e a observação de todos os encontros, reuniões, sessões públicas e debates junto aos movimentos de feirantes e do patrimônio no período de janeiro de 2016 a abril de 2017, assim como

com levantamento, consulta de documentos e realização de entrevistas junto aos mais diversos agentes envolvidos. Esse processo de interação culminou com a criação de um blog e uma fanpage de perfis jornalísticos⁴, por meio dos quais foi possível ampliar a visibilidade das alianças e dos enfrentamentos associados à contestação pública do projeto de reforma.

O trabalho se inicia estabelecendo uma relação entre cidadania e planejamento. Em seguida, mostra-se a dinâmica socioespacial do Ver-o-Peso, chamando-se atenção para as relações e lutas cotidianas que nele se fazem presentes, para, em seguida, mostrar os embates decorrentes do projeto de sua reforma. Finaliza-se problematizando o papel de projetos como o que foi proposto no sentido de pensar e questionar a relação entre o projeto de cidade concebido a partir da reforma e o tipo de gestão que se tem em vista.

DAS QUESTÕES SOBRE O DIÁLOGO, A CIDADANIA E O PLANEJAMENTO

O ato de planejar, há algum tempo, tem sido tratado como tendo duas importantes dimensões: a técnica e a política. Afora isso, o pensar a cidade envolve sua concepção de espaço como forma e conteúdo, distanciando-se, portanto, das formas convencionais de planejamento, marcadamente de natureza físico-territorial.

É de Lefebvre (2000) a ideia de que a natureza do espaço é social, daí falar-se de produção social do espaço e de produção social da cidade. Para o mesmo autor e também para Harvey (1992), que acompanha seu raciocínio, três dimensões dessa natureza devem ser consideradas, conforme sistematizado no quadro 1.

Quadro 1 - Dimensões do espaço em Lefebvre e Harvey

Dimensões do espaço	Expressões	Em Lefebvre	Em Harvey
Prática espacial	<i>Práticas concretas, funcionais e existenciais, voltadas à reprodução econômica e social.</i>	Espaço percebido	Espaço vivido
Representação do espaço	<i>Representações e concepções intelectualmente elaboradas, ligadas principalmente ao planejamento e à gestão.</i>	Espaço concebido	Espaço percebido
Espaço da representação	<i>Símbolos, imagens e vivências residuais ligadas a práticas cotidianas dos diversos sujeitos produtores do espaço.</i>	Espaço vivido	Espaço imaginado

Fonte: Lefebvre (2000) e Harvey (1992).

4 Disponíveis pelos endereços <<https://veroveropeso.wordpress.com/>> e <<https://pt-br.facebook.com/veroveropeso/>>, respectivamente.

Nessa matriz de entendimento, sistematizada a partir dos autores supracitados, o planejamento e, no nosso caso específico, o planejamento urbano, situa-se na dimensão do espaço concebido (LEFEBVRE, 2000) ou do espaço percebido (HARVEY, 1992). Não raro, as práticas convencionais de planejamento desconsideram as demais dimensões da vida urbana, pensando o espaço de maneira cartesiana e a vida urbana na sua complexidade como conteúdos a serem enquadrados nos desenhos e planos urbanos concebidos para os seus habitantes.

Essa forma de pensar a cidade e o urbano, em que pesem suas permanências nas práticas de planejamento, tendem a ser superadas por outras formas de conceber a cidade que reservem mais importância à vida cotidiana que ganha amplitude nos espaços vividos (LEFEBVRE, 2000) ou nos espaços imaginados (HARVEY, 1992). É nesta última dimensão, nos espaços de representação, que ganham importância realidades socioculturais e econômicas como a do Ver-o-Peso.

Espaço de vida espontânea em sua maior parte, o complexo da feira e mercado foge à vida programada, retilínea e cartesiana que marcaram o traçado de muitos espaços urbanos da modernidade. Essa tendência foi reforçada inclusive com a última de suas reformas, momento em que se priorizou o diálogo com os feirantes e com seus frequentadores cotidianos. Para além de sua vida cotidiana espontânea, portanto, ele é portador de aprendizados de um planejamento urbano mais horizontal e menos tecnocrático. E é exatamente nessa direção que a múltipla dimensão de seu espaço passa a exigir o diálogo como pressuposto da condição cidadã que nele existe em potencial.

Esse mesmo potencial enuncia, igualmente, a ideia de um modelo cívico de espaço, à maneira como foi sinalizado por Santos (1987), que não privilegia interesses econômicos e estratégias de controle político; contraponto, portanto, ao modelo econômico e político de ordenamento territorial, muito associado ao planejamento urbano convencional. Associa-se, assim, a dimensão técnica do planejamento - aquela dos planos, dos instrumentos, dos zoneamentos e da normatização - à dimensão da política, que inclui principalmente o diálogo e a participação da população (SOUZA, 2002).

Essa dupla dimensão do ordenamento urbano leva em conta, assim, a experiência cotidiana e os saberes e vivências que compõem a história e a trajetória de seus sujeitos, sendo esta a dimensão a que, de fato, deve definir as estratégias de planejamentos a serem encaminhadas na tomada de decisão. Nesse caso, mais que tomadores de decisão os agentes tecnocráticos dos planejamentos assumiriam a condição de “pedagogos urbanos”, no sentido freireano do termo, conforme sugere Souza (2002), pois seus papéis não são os de definir o processo de tomada de decisão, mas, sobretudo, de mediar ações e intenções, na condição de assessores, não do Estado, mas dos sujeitos interessados, de fato, nas reformas e intervenções urbanas objetos do planejamento. Essa exigência por um planejamento com capacidade de alinhar as diferentes dimensões (cotidianas, políticas, técnicas e cívicas, por exemplo) parece ter sido a tendência que provocou a contestação do projeto de reforma do Ver-o-Peso em questão.

O VER-O-PESO: ESPAÇO DE RELAÇÕES E LUTAS COTIDIANAS

Reportagens jornalísticas e enunciados da mídia em geral⁵ costumam tratar o Ver-o-Peso como “cartão postal” de Belém, com apelo ao potencial turístico do espaço, o que limita

5 Às vésperas dos 400 anos de Belém, em dezembro de 2015, uma votação popular promovida pela TV Liberal elegeu o Ver-o-Peso como o maior símbolo da cidade. Matéria publicada, na época, no G1 Pará, com vídeo do programa “É do Pará”, destacava no título: “Ver-o-Peso é cartão postal que nunca dorme em Belém do Pará”. O mesmo G1 Pará, em março de 2017, publicou, em alusão aos 390 anos do Ver-o-Peso, a matéria “Cartão postal de Belém, mercado do Ver-o-peso inspira fotógrafos”.

consideravelmente a compreensão da sua importância histórica, sociocultural e econômica no contexto da cidade.

O complexo do Ver-o-Peso possui quatro bens tombados individualmente (Mercado de Peixe, Mercado de Carne, Praça do Relógio e Solar da Beira), estando inserido na área de abrangência do Centro Histórico de Belém, tombado em conjunto pelo Iphan em 1977⁶.

Seu público mais frequente está bem longe de ser exclusivamente de turistas, na medida em que por ali circulam trabalhadores e produtos provenientes de diferentes partes da cidade, como da Central de Abastecimento do Estado do Pará (Ceasa), das muitas ilhas, furos e municípios do entorno da capital, ou vindos de pontos mais distantes, como o arquipélago do Marajó e o Baixo Tocantins.

O mercado responde pelo abastecimento direto de casas, restaurantes, lojas, supermercados da capital e, de forma indireta, serve como ponto de uma rede mais extensa de mercados e feiras da cidade e dos municípios vizinhos. Por ali também circulam todos os dias, por meio de dezenas de linhas de ônibus, milhares de habitantes da Região Metropolitana de Belém.

Um conjunto de estudos já foi realizado sobre o espaço da cidade em referência. Do ponto de vista antropológico, destaca-se a pesquisa de Leitão (2010), que menciona os significados sociais, culturais e econômicos mobilizados por um mercado com o porte do Ver-o-Peso, cuja influência se estende ao movimento comercial das imediações.

A variedade de atividades ali realizadas é descrita no Inventário de Referências Culturais (IPHAN, 2010), a partir do qual foram identificados na área mais de 40 ofícios relacionados às feiras e mercados ali existentes.

Conforme Leitão (2010), o Ver-o-Peso deve ser compreendido a partir de suas múltiplas feiras que se realizam ao longo de um vasto espaço. Essas feiras, mesmo com identificação própria, não podem ser vistas separadamente; daí a denominação de Complexo.

(...) se o começo é pela Praça do Relógio, encontraremos os produtos numa ordem que vai do pescado até as panelas, utensílios, redes e roupas, passando pelos legumes e farinhas e mediadas pelas barracas de comidas – refeições e lanches – interpretadas aqui como mercadorias beneficiadas. Observando-se, assim, a partir da ordenação espacial, podemos identificar uma dinâmica de ocupação dos lugares por produtos indo do mais perecível ao mais durável (LEITÃO, 2010, p. 29).

Como a área do Complexo tem o espaço conformado de acordo com as relações que nela se fazem presentes, a organização das barracas como um todo oferece aos compradores os ingredientes necessários a cada um dos pratos da culinária regional. Ao lado do mercado do peixe, por exemplo, é possível encontrar a venda de temperos e limão; assim como as barracas de peixes, camarões e carnes secas e salgados ficam próximas do setor de farinhas de todas as qualidades.

Outro exemplo sobre a maneira como o espaço se organiza com uma inteligência que escapa aos ditames do planejamento tecnocrático pode ser constatado na localização das barracas referentes à alimentação:

6 Segundo o Iphan-PA, o tombamento do Conjunto Arquitetônico e Paisagístico Ver-o-Peso e áreas adjacentes incluiu, além da área da feira, o Boulevard Castilhos França, o Mercado de Carne e o Mercado de Peixe, o casario adjacente, as Praças do Relógio e Dom Pedro II, a Doca do Ver-o-Peso, a Feira do Açai e a Ladeira do Castelo (VER-O-SITE, 2013).

(...) mingaus, sucos e lanches estão localizados nas barracas das laterais e da frente da calçada, destinando-se ao passante apressado que muitas vezes apenas compra o produto e o consome continuando seu caminho. As barracas das áreas internas oferecem refeições para os que dispõem de mais tempo, para sentar e almoçar peixe frito com açaí ou refeições completas (LEITÃO, 2010, p.30).

A tentativa de reforma do Ver-o-Peso proposta em 2016 considerava apenas a área da feira. Não havia um projeto integrado que levasse em conta os espaços contíguos, como a Pedra do Peixe, a Feira do Açaí, a Praça do Pescador e o Solar da Beira, ou seja, não incluía as dinâmicas de cada parte do complexo, que se interconectam. Os representantes dos trabalhadores da feira questionavam o número de boxes contemplados pelo novo projeto e o fato de que, com o novo projeto, as barracas que conformam atualmente a feira livre ganhariam a forma de minúsculas lojas em alvenaria. Outra informação indisponível dizia respeito ao plano de remanejamento temporário dos feirantes durante a obra.

A mudança da cobertura do projeto arquitetônico foi uma das principais controvérsias levantada pelos movimentos de defesa do patrimônio. Na intervenção anterior a que fora submetido o Ver-o-Peso, entre 1999 e 2004, a cobertura escolhida era de lona, o que remetia ao caráter transitório típico de feira livre. A nova reforma propunha trocar a lona por uma cobertura formada por telhas termoacústicas onduladas, em uma conformação mais rígida, típica de mercados.

A falta de manutenção no Ver-o-Peso no decorrer das últimas décadas faz com que, não apenas a cobertura de lona - que teria seis anos de vida útil e nunca foi trocada -, mas também a situação dos equipamentos e as instalações elétricas, por exemplo, estejam atualmente em condições precárias. A ausência de um plano de manutenção criou a necessidade de uma reforma mais profunda da feira, o que é consenso entre os públicos que utilizam, frequentam e se apropriam do espaço.

De modo geral, considerando a complexidade do Ver-o-Peso, um dos principais questionamentos realizados durante as discussões sobre a reforma foi o fato de o projeto desconsiderar as relações sociais e culturais que envolvem as trocas comerciais e o uso do espaço, assim como a despreocupação com uma consulta ampla e aberta às pessoas que sustentam e dão vida a esse microuniverso, que é um dos mais ricos, plurais e dinâmicos da cidade.

EMBATES GERADOS PELA PROPOSTA DE REFORMA

A primeira apresentação do projeto de reforma do Ver-o-Peso à sociedade, realizada no Teatro Maria Sílvia Nunes, na Estação das Docas, às proximidades do Complexo, foi marcada por tensões. No dia da apresentação, 3 de fevereiro de 2016, os trabalhadores da feira do Ver-o-Peso não formavam a maioria na plateia que lotava o teatro, com capacidade para 1.200 pessoas, enquanto as autoridades discursavam por mais de três horas. O motivo da baixa representatividade de trabalhadores das feiras e mercados ligados ao complexo, conforme o trecho destacado a seguir, seria a própria forma de organização do evento pela Prefeitura.

As primeiras críticas ao projeto foram feitas pelos trabalhadores(as), como se pode verificar a partir do depoimento de um dos feirantes presentes naquele momento de apresentação do projeto:

(...) até a manhã daquele dia, na verdade, não tínhamos nem sido convidados. Eles só foram distribuir uns convites lá na feira depois que a gente foi fazer barulho na frente da prefeitura e da Assembleia Legislativa, lembrando que o convite tinha sido destinado apenas às autoridades e pessoas ligadas a ele (ao prefeito), tudo pela internet (Manoel Rendeiro, feirante do setor de hortifrutigranjeiro, entrevista presencial concedida em fevereiro de 2016).

A reivindicação por uma maior participação era legítima, mas as divergências ao projeto de reforma foram, senão anuladas, gravemente limitadas pelo controle do tempo dedicado à manifestação dos feirantes ou, durante a exposição das críticas, abafadas pelo som das vaias provenientes de uma ala do anfiteatro com grande quantidade de pessoas ligadas à própria prefeitura.

Nessa ocasião e nas demais sessões públicas realizadas posteriormente na Assembleia Legislativa e na Câmara de Belém, entre outras, a então superintendente do Iphan no Pará, Maria Dorotéa de Lima, também se manifestou contrária à execução imediata do projeto de reforma, alertando para a necessidade de cumprimento de todas as etapas de análise antes da sua aprovação final, que não estavam concluídas. A superintendente também manifestou publicamente a preocupação quanto à garantia de recursos para a realização efetiva de todas as fases da reforma, na medida em que se tratava de um ano eleitoral, com regras e prazos limitados para a realização de obras, além de um período de contingenciamento de recursos federais em função da crise financeiro-orçamentária do Estado brasileiro. A necessidade de consulta pública e de deliberação das melhorias dos setores visando ao ganho coletivo dos trabalhadores (e não individual) também foram pontos ressaltados nas sessões públicas.

Para tratar dos aspectos políticos relacionados ao planejamento de reforma do Ver-o-Peso, consideramos a noção de esfera pública habermasiana, sendo esta um espaço abstrato de caráter informal ou autônomo, mas socialmente reconhecido e não institucionalizado, a exemplo dos corpos parlamentares (mas não apenas), no qual se formam opiniões e vontades públicas, no lugar das leis e políticas. Nele circulam questões, iniciativas, contribuições, problemas e perspectivas que afetam o cotidiano e a vida concreta, para a formação democrática da opinião pública (HABERMAS, 1997). Segundo Gomes (2008), seriam seus atributos ou funções tanto a (esfera da) visibilidade pública quanto a (esfera da) discussão pública. Grosso modo, segundo o autor, a primeira diz respeito à “cena ou proscênio social, aquela dimensão da vida social que é visível, acessível, disponível ao conhecimento e domínio públicos”, cuja função é responder “a demandas de sociabilidade e de comunicação” (GOMES, 2008, p.134). A outra, a da discussão pública, mantém como fundamental a ideia de exposição e visibilidade, mas com o intuito de expor as posições em disputa para além do mero reconhecimento comum (GOMES, 2008, p.135).

As semanas que seguiram à apresentação parcial do projeto de reforma do Ver-o-Peso pela Prefeitura de Belém foram de mobilização por parte da sociedade. Trabalhadores dos mercados e feiras compreendidos pelo complexo do Ver-o-Peso, formadores de opinião atuantes nas mídias sociais, veículos de comunicação, entidades de classe e organizações sociais pautaram o projeto, dando visibilidade às críticas relacionadas à ausência de participação popular no processo de planejamento.

Em resposta, encenando uma forma de participação controlada, a Prefeitura realizou uma espécie de enquete ou votação, sem disponibilizar informações suficientes sobre o projeto à maioria das pessoas e com uma cédula cuja pergunta era “Você aprova o projeto do Novo Ver-o-Peso?”, tendo como respostas possíveis “sim” ou “não”.

Como resultado, em um universo de 801 permissionários dos espaços da feira contidos na listagem da prefeitura, cerca de 50% não votaram, a maioria alegando falta de conhecimento suficiente sobre o projeto para de fato decidir⁷. Além disso, o conjunto estimado pela Associação dos Trabalhadores do Ver-o-Peso extrapolava esse número de permissionários oficial. Na verdade, seriam pelo menos 1.250 cadastrados, mas, como a dinâmica da feira envolve o revezamento de pessoal em um mesmo espaço, com atividades diversas em horários alternados, a quantidade poderia alcançar, na prática, até 5 mil pessoas, a serem consideradas no processo de planejamento. Entre os votos da “população”, segundo as informações da própria Prefeitura, foram 646 favoráveis e 357 contrários, num universo de 1,4 milhão de moradores de Belém (IBGE CIDADES, 2016), sendo que o contexto foi de pouca divulgação, de impossibilidade de opinar no espaço limitado da cédula de votação e de um debate efetivo sobre as posições favoráveis e contrárias ao atual projeto.

Diante de tal postura, o que se percebeu por parte da Prefeitura foi a tentativa de forjar às pressas um processo de consulta, a rígida tentativa de controle do que deveria ser um debate e a captura das pautas reivindicadas pela sociedade, sem, de fato, incluir os diversos públicos e garantir a participação no processo de planejamento.

No decorrer do processo de reivindicação da sociedade por maior participação no processo de planejamento da reforma do Ver-o-Peso, ficou bastante evidente que, na prática, o potencial democrático inerente à constituição ideal de esferas públicas no interior de uma sociedade não elimina os conflitos, as disputas pelo poder, a tentativa de controle ou cooptação dos espaços e entes envolvidos, bem como o confronto de interesses econômicos e políticos particulares de diferentes grupos. Pelo contrário,

(...) a esfera pública não existe essencialmente para satisfazer os nossos ideais de justiça, nem em virtude da soberania popular nem para o bem da comunidade política. Esferas públicas que satisfazem tais requisitos devem ser construídas, devem ser acompanhadas por uma cultura política favorável, em que valores democráticos sejam compartilhados extensa e intensamente, devem ser guardadas e reforçadas. Sistemas de recompensas e de constrangimentos precisam ser construídos para a sua salvaguarda, instituições precisam ser desenhadas para a sua reprodução, leis precisam ser produzidas para que o Estado funcione como garantidor da sua existência, cidadãos precisarão ser convencidos da sua imprescindibilidade. Uma esfera pública pró-democrática é uma tarefa, não uma consequência que se possa extrair normativamente do seu conceito (GOMES, 2008c, p.112).

Dessa forma, as pressões e críticas à Prefeitura continuaram, fazendo com que espaços institucionais como a Assembleia Legislativa do Pará e a Câmara Municipal de Belém realizassem sessões em que trabalhadores das feiras e mercados, assim como representantes de movimentos sociais e entidades de classe, puderam demarcar suas posições e ressalvas quanto ao projeto de reforma.

Durante a sessão realizada no parlamento municipal foi notória a ausência de representantes dos governos municipal e estadual, ambos do mesmo partido. A bancada governista também não compareceu para discutir publicamente a proposta de reforma. Segundo relatos dos

7 Resultados da enquete, de acordo com o que foi divulgado pela prefeitura de Belém, considerando os votos dos dos permissionários: “sim” 213, “não” 204, nulos 04. Total de votos: 421. Total de permissionários aptos a votar: 801. Abstenção: 47,44%. Votos da “população”: “sim” 646, “não” 357. Votos em branco: 11. Nulos: 05 (BLOG VER-O-VEROPESO, 2016b).

poucos vereadores de oposição presentes, o esvaziamento teria sido estratégia política da prefeitura para mais uma vez suprimir a oportunidade de debate.

Uma “Frente em Defesa do Ver-o-Peso” foi organizada, reunindo mais de 20 coletivos e movimentos sociais, e encaminhou ao MPF-PA um abaixo-assinado cuja principal reivindicação seria a abertura de uma consulta pública. O documento também denunciava:

- a falta de amplas discussões e participação ativa de trabalhadores e da sociedade civil no processo de elaboração do plano, de acordo com o que é previsto pela legislação relacionada às áreas tombadas como patrimônio público;
- a pressão sobre os feirantes para a aprovação de um projeto “incompleto, irregular e mal acabado”, que não dispõe das devidas aprovações pelos órgãos competentes;
- a exclusão de vários setores do Complexo na proposta, a exemplo da Feira do Açáí, do Solar da Beira, da Pedra do Peixe e da Praça do Pescado;
- a ausência de garantias dos recursos para a realização total da reforma;
- a falta de um cronograma negociado para o remanejamento dos trabalhadores no decorrer das obras,
- assim como a falta de clareza a respeito da permanência e da manutenção do número de permissionários, do número de barracas e das áreas hoje utilizadas por cada setor após a execução das mudanças (BLOG VER-O-VEROPESO, 22.02.2016, <<https://veroveropeso.wordpress.com/2016/02/22/pedido-de-providencias/>>).

Por conta das inúmeras manifestações públicas na feira e em outras partes da cidade e das advertências técnicas e científicas, tanto de profissionais qualificados, quanto de organizações não governamentais, o MPF acatou o pedido e, junto com o Iphan-PA, abriu uma consulta pública, recebendo no período de 02 a 31 de março críticas e contribuições, por meio eletrônico, ao anteprojeto de intervenção.

O Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, da Universidade Federal do Pará, também organizou um debate. Participaram das discussões como convidados externos: José Freire, arquiteto responsável e diretor da DPJ Arquitetura, que apresentou ao público do evento o projeto de reforma elaborado para a feira do Ver-o-Peso, encomendado pela prefeitura por meio de tomada de preços, com recursos do PAC Cidades Históricas; Maria Dorotéa de Lima, na época superintendente do Iphan no Pará, organização responsável pela gestão dos recursos do PAC Cidades Históricas por meio de convênio com a Prefeitura, assim como do processo de análise e licenciamento da obra; Manoel Rendeiro, representante dos trabalhadores da Feira do Ver-o-Peso e do setor de hortifrutigranjeiros. Como professores do Naea, foram convidados os professores Edna Castro, Francisco de Assis Costa, Saint-Clair Trindade Júnior, Simaia Mercês e Silvio Lima Figueiredo. Como público, entre os que assinaram a lista de frequência, participaram 81 pessoas, entre estudantes de graduação e pós-graduação, professores, feirantes, lojistas, profissionais liberais e representantes de organizações civis, como a Associação de Amigos do Patrimônio de Belém (AAPBel) e o Coletivo Ideias.

O período de consulta foi encerrado com uma Audiência Pública, em que novas análises e recomendações ao projeto foram recebidas presencialmente. Na ocasião, os representantes do Iphan-PA e do MPF-PA também informaram que, diante das inconsistências e problemas técnicos, a reforma deveria ser adiada para o ano seguinte.

Diante desse quadro, foi possível perceber que, apesar das resistências da Prefeitura em abrir o processo de planejamento à participação, um debate público foi assegurado pelas próprias

pressões sobre o sistema político advindas da reação da sociedade. Esse movimento contou com a participação ativa e organizada dos trabalhadores do Ver-o-Peso, tendo sido facilitado pela acolhida das reivindicações pelo Iphan-PA e a mediação do Ministério Público Federal.

À GUIA DE CONCLUSÃO: CIDADE-EMPRESA-CULTURAL À VISTA?

Por último, nosso alerta vai em direção ao clima que envolve a construção de uma imagem de Belém como centro mundial de gastronomia e cultura – que é também a formulação de um produto. Desde 2015, portanto, antes das comemorações oficiais do aniversário de 400 anos da cidade e do anúncio de reforma da feira do Ver-o-Peso, os planos de criação de um novo centro especializado em alta gastronomia no centro antigo de Belém já estavam em andamento.

Esse conjunto de esforços converge no sentido de apresentar como “culturais” as soluções para o desenvolvimento econômico e o uso da área antiga central de Belém, cujos grupos sociais, formas de trabalho, realidades, fluxos e atividades cotidianas em seu interior, quando não omitidos, assimilados ou incorporados ao processo de forma bastante assimétrica, tornam-se elementos “indesejáveis”, a serem negados na apresentação da cidade como novo produto.

Arantes (2007), em sua intenção de desmanchar consensos diante de uma “cidade de pensamento único”, apresenta um apanhado da história recente do urbanismo, principalmente dos anos 1970 ao final do século. No decorrer da narrativa, ela traça um panorama sobre como a “cultura” tornou-se central no processo de configuração urbana, no qual o capital assume cada vez mais importância na conformação de cidades-empresas. Sob a proteção do “cultural” como meio de controle urbano, o mercado é capaz de arregimentar tanto coalizões entre diferentes classes e grupos sociais (rentistas, políticos, imprensa, empresários, pesquisadores, entre outros) quanto consensos entre duas gerações urbanísticas até então tidas como ideologicamente distintas (e mesmo concorrentes).

Nesse processo de “fazer a cidade”, a ordem técnica modernista (racional, funcional e traduzida sob a forma de zoneamentos e planos diretores) seria substituída por uma nova lógica de “requalificação”, que diluiria as críticas à “gentrificação” ao ofertar continuamente “iscas culturais”, assimilando dessa forma a força do capital pelo vasto domínio do “cultural”, no que Arantes (2007) chama de “culturalismo de mercado”⁸.

Sob o discurso de aumento da competitividade, da promessa de desenvolvimento (geração de renda e empregos) e da melhoria da autoimagem e estima (cívica) dos habitantes, as “cidades-empresendimentos” se converteriam, ao mesmo tempo, nas próprias mercadorias (inéditas) e nas novas fronteiras a serem desbravadas por governantes e investidores, para a acumulação de poder e dinheiro por meio desse negócio baseado em imagens, tornando-se, assim, “cidades-empresas-culturais”.

O “tudo é cultura” da era que parece ter se inaugurado nos idos dos anos 1960 teria pois se transformado de vez naquilo que venho chamando de culturalismo

8 Esse novo “culturalismo de mercado” teria sido tanto capaz de impregnar os pacotes estratégicos dos empreendedores quanto de engolir a nova esquerda urbanística planejadora, o que representaria “um dos grandes paradoxos do nosso tempo”, na medida em que promoveria a “convergência involuntária entre contextualistas e empreendedores, gerações que “até então se imaginavam contrapostas” e uma assimilação a tal ponto integral que não tornaria mais possível distinguir dissidentes e integrados (ARANTES, 2007, p. 08).

de mercado. De tal forma que a cultura – que nos primórdios da Era Industrial se cristalizara como esfera autônoma dos valores antimercado – ao tornar-se imagem, quer dizer representação e sua respectiva interpretação (como sabe qualquer gerente de marketing numa sociedade do espetáculo), acabou moldando, de um lado, indivíduos (ou coletividades “imaginadas”) que se auto-identificam pelo consumo ostensivo de estilos e lealdade a todo tipo de marca; de outro, o sistema altamente concentrado dos provedores desses produtos tão intangíveis quanto fabulosamente lucrativos. Trocando em miúdos, esse o verdadeiro “poder da identidade”. Daí a âncora identitária da nova urbanística (ARANTES, 2007, p.16).

Apresentando-se como “transformador ou reformista”, o novo planejamento da “terceira geração” urbanística (planejadora-empresendedora) seria ajustado à visão global das cidades em busca de melhores respostas ao capitalismo flexível e à predominância do terciário, buscando inseri-las em um nó da rede internacional de cidades e tornando-as atraentes ao capital estrangeiro, inclusive no setor imobiliário⁹. Assim, teria deixado de controlar o crescimento urbano para encorajá-lo, concebendo as cidades como “máquinas de produzir riquezas” e tendo por objetivo “azeitá-la” (ARANTES, 2007, p. 18-20).

Diante desse quadro, reconhecemos que, ainda que esse discurso seja apropriado para justificar intervenções urbanas de viés competitivo e caráter autoritário sob a feição de um culturalismo de mercado, os processos de produção capitalista da cidade ganham contornos peculiares - e mais modestos - no contexto local do que nas cidades globais mencionadas por Arantes (2007) nos casos de Paris, Barcelona, Bilbao, Lisboa e Berlim.

A distinção fica clara por meio de uma comparação simples entre os custos envolvidos em obras como a reforma do Ver-o-Peso, o projeto Belém Porto Futuro, ambos na capital paraense, e o Museu do Amanhã, no Rio de Janeiro.

Do ponto de vista do montante do valor envolvido, a diferença é significativa. A empresa contratada para a reforma do Ver-o-Peso em outubro de 2014, por meio de tomada de preços pela Secretaria Municipal de Urbanismo (Seurb), deveria receber R\$ 564.876,44 “para a elaboração dos projetos relativos à revitalização da feira do Ver-o-Peso”, segundo as informações do Diário Oficial do Município de Belém. Em 2015, a empresa foi novamente contratada pela Seurb, também por tomada de preços, “para a elaboração de projetos com vista à execução de obras de requalificação da Praça do Carmo”, e “para a elaboração de projetos relativos à requalificação da Praça Visconde do Rio Branco”, ambos nos bairros da Cidade Velha, com os valores de R\$189.826,81 e R\$ 200.766,43, respectivamente. A previsão é que o projeto em andamento Belém Porto Futuro, que se propõe a requalificar a área portuária da capital, nas proximidades do Ver-o-Peso, receba um total de R\$ 31,5 milhões de investimento, vindos da Secretaria Nacional de Desenvolvimento Regional, do Governo Federal.

9 No que se refere à gestão urbana, Harvey também aponta uma transição de um certo tipo de gerenciamento, comum na década de 1960, para outra forma de atuação, voltada ao “empresariamento”, nos anos 1970 e 80. De acordo com o autor, esse empresariamento ganhou força a partir do consentimento em todo o mundo capitalista de que “benefícios positivos têm que ser obtidos por cidades que assumem um comportamento empresarial em relação ao desenvolvimento econômico” (HARVEY, 1996, p.49). Apesar desse empresariamento não ser inédito na história do capitalismo, a sua redescoberta e o renascimento da competição interurbana nas décadas de 1970-80 “sugerem que a administração urbana se alinhou na direção dos requisitos essenciais da acumulação de capital” (HARVEY, 1996, p.62).

Os valores ficam bem distantes dos R\$ 8 bilhões que envolvem, por exemplo, a operação urbana do Porto Maravilha, cujas obras foram iniciadas em 2009, no Rio de Janeiro. Não alcança sequer o custo do Museu do Amanhã, inaugurado em dezembro 2015, que é só parte do complexo e somou R\$ 215 milhões da venda de CEPACs (Certificados de Potencial Adicional de Construção) e R\$ 65 milhões do patrocinador máster.

Além disso, diferentemente do que se vê nas cidades globais, onde o capital financeiro está mais fortemente associado à produção do espaço, as obras monumentais não são assinadas por arquitetos renomados que garantam um padrão altamente qualificado dos empreendimentos, destinados ao consumo das classes médias e elites capitalizadas em economias constituídas sobre outras bases industriais e terciárias.

Numa cidade periférica como a de Belém, a monumentalidade dos empreendimentos urbanos fica por conta de certas personalidades locais, recorrentemente responsáveis pelos principais projetos arquitetônicos implantados na cidade desde meados dos anos 1990. Da mesma maneira, formas de planejamento e gestão são reafirmadas em projetos de requalificação urbana que pouco consideram a importância maior da participação ampla da população diretamente interessada

Por outro lado, sabe-se que o interesse em “revitalizar” o centro antigo como estratégia de valorizar o capital imobiliário nas áreas do entorno não é recente. Castro (2008) e outros autores lembram que, partir de 1995, quando o então governador do Estado, Almir Gabriel, encampou em seu programa de governo dois grandes projetos destinados a intervenções arquitetônicas e urbanísticas, a intenção também era transformar ou criar espaços rentáveis a partir da cultura e do turismo.

A promessa de inserção da cidade no circuito do turismo já existia desde aquele momento e quase toda a política cultural do partido no decorrer de seus últimos quatro mandatos, interrompidos apenas no período de 2007 a 2010, foi orientada para esse fim, com a marca também de um modelo avesso a instituições de participação e diálogo, a exemplo do Conselho Estadual de Cultura.

Ainda nesse contexto de implantação de um conjunto de obras arquitetônicas no centro antigo de Belém, entre 1995 e 2006, o que se discute também em âmbito acadêmico é que essa foi uma forma de valorizar os empreendimentos do entorno, a partir da adoção da paisagem como um ativo (CARDOSO; VENTURA NETO, 2013).

Trindade Jr. (2007) também analisou as assimetrias reforçadas entre as práticas de renovação urbana nessa área central da cidade e as dinâmicas socioculturais e econômicas de uso e apropriação da mesma área por grupos locais, a partir de quatro projetos de requalificação, implantados no período de 1995 a 2006 no centro mais antigo - a Estação das Docas, o Feliz Lusitânia, o Polo São José Liberto e o Mangal das Garças. A partir de trechos retirados dos diagnósticos realizados tanto pela Prefeitura de Belém quanto pela Secretaria de Estado de Cultura (Secult), o trabalho apresenta como a concepção tecnocrata (e mesmo elitista) dos planejadores urbanos ignora - seja pelo esforço de ocultar ou pela depreciação - o uso popular dos territórios.

Essa concepção tecnocrata associa as imagens das áreas de moradia nas zonas de várzea, das zonas historicamente depreciadas também pela omissão governamental, dos fluxos nos portos e feiras, do comércio informal ou destinado a públicos de baixa renda, muitas vezes

precarizados, a ideias de “deterioração”, “declínio”, “decadência” e “obsolescência funcional, física e econômica” (TRINDADE JR., 2007, p. 70-71). Esses projetos seriam, dessa forma, responsáveis pela indução de novas territorialidades na área central de Belém, “concebidas e pensadas como atrativas para o turismo, para os investimentos econômicos”, em detrimento (ou mesmo como forma de negação) das “relações cotidianas e seus territórios” (TRINDADE JR., 2007, p. 72).

Em todos os projetos, a intenção de revitalização de espaços decadentes e de pouco dinamismo urbano tende a não reconhecer os territórios vividos do entorno; assumindo, pelo contrário, o caráter de vitrines e enclaves, não obstante o dinamismo das experiências da vida cotidiana ligadas ao comércio popular, às feiras e aos portos, que são expressivas na área central, conforme já demonstrado. Em lugar dessas práticas, é concedido destaque a um cenário para o acontecer da vida moderna, voltada sobretudo para uma determinada fração dos habitantes que acompanha mais de perto o novo ritmo moderno da cidade ou para mostrá-la para os turistas que a visitam. As intervenções seguem tendências de requalificação que fazem apelo a uma sensibilidade (internacional-identitária-estética) portadora de valores específicos, não incorporando programas sociais e de aderência à realidade local (TRINDADE JR, 2007, p. 72).

Por sua vez, o anúncio mais recente de Belém como “cidade criativa da gastronomia”, título concedido pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) e alardeado pela Prefeitura, aparece como estratégia aparentemente ligada ao reuso ou revalorização de parte desse circuito de obras urbanas, incluindo agora a reforma do Ver-o-Peso. Ao mesmo tempo em que se estabelece uma continuidade em relação à lógica dos equipamentos culturais e turísticos estudados por Trindade Jr. (2007), há um aprofundamento do culturalismo de mercado pela força da gastronomia como “marca” que serve de mote à construção da imagem da cidade.

Em uma Belém cidade-empresa-cultural, a prefeitura assume o papel de vender duplamente a imagem cidade: ao investidor e também à população. Ativa-se, assim, tanto o fluxo de capital quanto um “patriotismo da cidade”. Os 400 anos de Belém serviram, como a ocasião propícia, para apresentar a mercadoria identitária.

“Um dos traços do urbanismo dito de última geração é que vive-se à espreita de ocasiões... para fazer negócios! Sendo que o que está à venda é um produto inédito, a própria cidade, que para tanto precisa adotar uma política agressiva de marketing” (ARANTES, 2002, p. 63). O ingrediente indispensável para essa política, argumenta Arantes (2002), é o agenciamento de iniciativas culturais, no caso, a tentativa de instrumentalizar o cultural espontâneo e diverso de feiras e mercados, como o Ver-o-Peso, em cultural planejado e solvente. Cabe no futuro refletir sobre o que a mediação do culturalismo de mercado pode representar nesse processo de empresariamento e gentrificação, comparando-o à dinâmica da cidade, que inclui o crescimento de uma outra centralidade na Região Metropolitana de Belém, descrita por Cardoso e Ventura Neto (2010), como a Nova Belém, e as disputas por recursos e investimentos decorrentes desse processo.

E, como contraparte aos procedimentos autoritários assumidos pelo Estado nesse breve relato, também parece pertinente reavaliar os sentidos, as agências e as resistências possíveis num espaço com tamanha complexidade e densidade de relações sociais, históricas, políticas, intersubjetivas, como o do Ver-o-Peso, onde, conforme argumentamos, as tentativas de poder terminam por serem resignificadas pelas conjunturas de criação de esferas de debates políticos, eventualmente arrançadas pelas capacidades de articulação dos movimentos urbanos locais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARANTES, Otília. Uma estratégia fatal. ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. In: *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis: Vozes, 2007. p. 11-74.

ARANTES, Otília. Entrevista com Otília Beatriz Fiori Arantes. *Rapsódia*, São Paulo, n. 2, p. 221-264, 2002.

BLOG VER-O-VEROPESO. “Entre promessas, alertas e vaías”, 15.02.2016. Disponível em <<https://veroveropeso.wordpress.com/2016/02/15/357/>>. Último acesso em 23.10.2017.

BLOG VER-O-VEROPESO. “Enquete questionável”, 17.02.2016. Disponível em <<https://veroveropeso.wordpress.com/2016/02/17/enquete-questionavel/>>. Último acesso em 23.10.2017.

BLOG VER-O-VEROPESO. “Sociedade civil: pedido de providências”, 22.02.2016. Disponível em <<https://veroveropeso.wordpress.com/2016/02/22/pedido-de-providencias/>>. Último acesso em 23.10.2017.

CARDOSO, Ana Cláudia Duarte; VENTURA NETO, Raul da Silva. A evolução urbana de Belém: trajetória de ambiguidades e conflitos socioambientais. *Cadernos Metrôpole*, São Paulo, v. 15, n. 29, p. 55-75, jan/jun 2013.

CASTRO, Fabio Fonseca de; CASTRO, Marina Ramos Neves de; FREITAS, Ana Paula; MATTOS, Fabrício de. *A política cultural no Pará durante o período Lula*. In BARBALHO, Alexandre; BARROS, José Márcio; CALABRE, Liz. (Org.). *Federalismo e políticas culturais no Brasil*. Salvador: Edufba, 2013, v. 1. p. 75-94.

GOMES, Wilson. Esfera pública política e comunicação em Mudança Estrutural da Esfera Pública de Jürgen Habermas. In: GOMES, W.; MAIA, Rousiley C. M. *Comunicação e democracia: problemas & perspectiva*. São Paulo: Paulus, 2008b. p.31-42.

HABERMAS, Jürgen. *Direito e democracia: entre facticidade e validade II*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997

HARVEY, David. *Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana*. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

HARVEY, David. Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio. *Espaços & Debates, Revista de Estudos Regionais e Urbanos*, São Paulo, n. 39, p. 48-64, 1996.

HARVEY, David. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1992.

IBGE CIDADES. *População estimada*. Rio de Janeiro: IBGE, 2016.

IPHAN. *Inventário Nacional de Referências Culturais – INCR Ver-o-Peso*. 2010. Disponível em <<http://www.ufpa.br/cma/verosite/historico.html>>. Acesso 17.10.2017.

LEFEBVRE, Henri. *La production de l'espace*. 4e. ed. Paris: Anthropos, 2000.

LEITÃO, Wilma Marques. Mercado do Ver-o-Peso: práticas sociais no mundo do trabalho. In: LEITÃO, Wilma Marques (Org.) *Ver-o-Peso: estudos antropológicos no Mercado de Belém*. Belém: NAEA, 2010. p. 09-40.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO. *Projeto Porto Futuro irá revitalizar área portuária da capital paraense*. Disponível em <<http://mi.gov.br/ultimas-noticias/-/asset_publisher/ZSVIyvX-09vib/content/projeto-belem-porto-futuro-ira-revitalizar-area-retroportuaria-da-capital-pa-raense?>>>>. Último acesso em 01.02.2019.

MUSEU DO AMANHÃ. *Tire suas dúvidas*. Disponível em <<<https://museudoamanha.org.br/pt-br/tire-suas-duvidas>>>. Último acesso: 01.02.2019.

NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS. Relatório de evento “*Reforma do Ver-o-Peso em debate*”. Org. e relatoria Brenda Taketa. Belém (PA): Naea/UFPA, março de 2016.

PORTO MARAVILHA. *De onde vem o dinheiro do Porto Maravilha*. Disponível em <<<http://portomaravilha.com.br/artigosdetalhes/cod/10>>>. Último acesso: 01.02.2019.

SANTOS, Milton. *O espaço do cidadão*. São Paulo: Nobel, 1987.

SOUZA, Marcelo Lopes. *Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

TRINDADE JR, Saint-Clair Cordeiro da. Territórios pensados e territórios vividos: apropriação do espaço e práticas de renovação urbana na área central de Belém. In: *Grumo*, Buenos Aires, nº.6, v. 2, p. 66-75, 2007.

TRINDADE JR, Saint-Clair Cordeiro da. O espaço de Milton Santos: modelo cívico e as relações entre forma, função, estrutura e processo. In: NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS. *Relatório de evento “Reforma do Ver-o-Peso em debate”*. Org. e relatoria Brenda Taketa. Belém (PA): Naea/UFPA, março de 2016.

VER-O-SITE. *Projeto Ver-o-site*. Disponível em <<http://www.ufpa.br/cma/verosite/>>. Último acesso em 17.10.2017.